

**ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

16^a Aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, Primeira Secretária e de Abel Maria Barranco, Segundo Secretário. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes cinquenta e um elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, José Maria Preto, Domingos Alfredo Fernandes Amaro, José Augusto Paiva Lima, Abel Maria Barranco, Aníbal José Moreno, Antero Augusto Neto Lopes, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Manuel Alfredo Preto, Alfredo Augusto Ferreira, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, José Augusto Rodrigues Mendes, Américo Luis Amador, Alexandre Fernandes Teiga, Ilídio Simões Martins, António Manuel Ramos Pimenta de Castro, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilarça, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Augusto Manuel Vaz, Jaime dos Santos Gaspar, Luis Maria Mouro, Altino dos Anjos Aleixo, Ana Rita Marcos Carrasco, Bruno Alexandre Lagareiro Amador, Filipa Isabel Serafim Martins, Ester de Fátima Parra Martins, António Luis Bernardo Martins, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Ricardo Manuel Martins Cordeiro, José Carlos Ferreira Lopes, Luis António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, Martinho do Nascimento Major, José Joaquim Moura, Luis Pedro Martins Lopes, Francisco Narciso Esperança, Francisco Manuel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Alcino Augusto Machado em substituição de Carlos Manuel Lourenço Luis, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto

Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Afonso Henrique Gonçalves, Manuel Maria Sousa, Daniel Joaquim Paulo e Manuel dos Anjos Garcia.-----

-----Foi justificada a falta aos Deputadas Municipais, Maria Zita Rodrigues França Costa, Carlos Manuel Vinhais Conde, Vitor Manuel Purralo Madaleno, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso, Ilídio Miguel Martins Rito, Presidente da Junta de Freguesia de Bruçó. -----

-----Não apresentaram justificação os Deputados Municipais, António Joaquim Valença, Presidente da Junta de Freguesia de Castro Vicente e Belarmino Silvestre Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Urrós.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Apreciação e deliberação sobre a ata da sessão anterior.* ----

-----1.2 *Apreciação e deliberação sobre a ata da sessão extraordinária.*-----

-----1.3 *Informação da Correspondência Recebida e Expedida.* -----

-----1.4 *Assuntos de interesse relevante para o Município.* -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.* -----

-----2.2 *Análise e deliberação sobre “Proposta do Senhor Presidente para Redução da Taxa Variável de IRS de 5% para 2,5%”.* -----

-----2.3 *Análise e deliberação sobre “Proposta do Senhor Presidente sobre as Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis respeitante ao Ano de 2012, a Liquidar em 2013”.* -----

-----2.4 *Análise e deliberação sobre “Análise e Discussão dos Documentos Previsionais para o Ano de 2013 – Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipal e Mapa de Pessoal”.* -----

-----2.5 *Análise e deliberação sobre “Autorização Genérica para Dispensa de autorização Prévia da Assembleia Municipal no âmbito da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro – Proposta do Senhor Presidente da Câmara”.* -----

-----2.6 *Análise e deliberação sobre “Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Mogadouro em Conformidade com o n.º1 do art.º 25 da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto operada nos termos do Decreto-lei n.º305/2009, de 23 de Outubro - Proposta do Senhor Presidente da Câmara”.* -----

-----2.7 *Análise e deliberação sobre “Criação das Unidades*

Orgânicas Flexíveis do Município de Mogadouro e Regulamento Orgânico do Município – Proposta do Senhor Presidente da Câmara”

-----2.8 *Análise e deliberação sobre “Despesas de Representação – Pessoal Dirigente de Direção Intermédia. Informação da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira”.* -----

-----2.9 *Análise e deliberação sobre “Retificação do Regulamento Municipal de Participação em Medicamentos. Informação do Setor de Educação, Ação Social, Desporto e Formação Profissional”.* -----

-----2.10 *Análise e deliberação sobre “Plano de Pormenor do Loteamento Industrial de Mogadouro – Resultado do Período Destinado à Discussão Pública. Informação da Unidade Orgânica de Ordenamento do Território e Urbanismo”.*-----

-----2.11 *Outros Assuntos.* -----

-----3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos e apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----1.1 *Apreciação e deliberação sobre a ata da sessão anterior.* ----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vou colocar a ata à votação. -----

-----Aprovada por maioria, com dois (2) votos contra, zero (0) abstenções, e quarenta e quatro (44) votos a favor.”. -----

-----1.2 *Apreciação e deliberação sobre a ata da sessão extraordinária.* -----

-----Aprovada por maioria, com zero (0) votos contra, duas (2) abstenções por não terem estado presentes, e quarenta e cinco (45) votos a favor.”. ----

-----Vamos passar ao ponto **1.3 *Informação da Correspondência Recebida e Expedida.*** -----

-----Todos os Senhores Deputados tiveram conhecimento, através da documentação que lhe fora oportunamente enviada. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia, neste momento propôs vários Votos de Pesar, pelo falecimento do Filho de Francisco Manuel Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Saldanha. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Pelo Pai do Deputado Manuel Alfredo Preto. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Pela Mãe da Vereadora Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo da Neves. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Pela Sogra do Vereador Fernando José Bártolo. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Apresentou ainda a seguinte Proposta: -----

----- *«Proposta da Assembleia Municipal de Mogadouro*

de Apoio à Posição Defendida pela Câmara Municipal de Bragança referente à Suspensão do Transporte Aéreo entre Bragança/Vila Real/Lisboa-----

-----A Assembleia Municipal de Mogadouro, atenta ao superior interesse económico-social dos seus cidadãos locais e regionais, congratula-se com a tomada de posição defendida e assumida pela Câmara Municipal de Bragança, no que concerne à suspensão do transporte aéreo entre Bragança/Vila Real/Lisboa a partir de 27 de Novembro e apela ao governo a urgência e sensibilidade para no mais curto espaço de tempo, avançar com um novo concurso público para a concessão deste serviço público, devolvendo à população os direitos de interioridade assumidos e praticados por anteriores governos.-----

-----A proposta depois de devidamente aprovada deverá ser enviada ao Senhor Primeiro Ministro, ao Senhor Ministro da Economia e Emprego, ao Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas e Câmara Municipal de Bragança.-----

-----Aprovada por unanimidade -----

-----Vamos passar ao ponto **1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município.** -----

-----**Até este ponto inclusive não houve registo de gravação.**-----

-----Presidente da Assembleia propôs fazer aqui um pequeno intervalo só de um quarto de hora para comer um bocadinho de bolo-rei”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “retomem aos vossos lugares, vamos continuar os trabalhos, vamos entrar no ponto 2.1 (o Senhor Deputado Moreno interrompeu e disse que era a 2ª volta) tem razão, vou dar então a possibilidade de quem se quiser inscrever, mas dou apenas três minutos”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “ia dar a informação ao que foi solicitado, ao que foi acusado pelo Deputado José Maria, em que o comunicado que foi difundido, que não sabia a quem pertence, eu acho que o comunicado, eu de facto ainda não o vi, mas por a informação que tenho tem o símbolo do PS, e tem a terminar a Comissão Política Concelhia, portanto, tem aí todos os elementos constantes, para poder acionar via judicial, ou como quiser, está perfeitamente identificado de quem é o comunicado, portanto não é preciso que tenha assinatura, é a Comissão Política em bloco, responsável por esse comunicado, não tenha dúvidas sobre isso. Sobre a outra questão que é referida no comunicado, a questão do ranking, eu não vi aqui ninguém desmentir a posição que é mencionada no comunicado sobre o ranking das escolas, portanto parto do princípio que concordam com aquilo que foi dito no comunicado”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente, de facto eu não sei se as nossas ideias são mudadas pela idade, ou pela política, isto

vem a propósito dos desejos, pretensões, que teve o Senhor Presidente, o Senhor Vereador aqui, que é o seguinte: algum tempo a esta parte dizia o Senhor Presidente, ele agora não se pode voltar a candidatar, outro virá a substituir, mas não sei se não continuará ou quererá controlar, da forma como o discurso, como ele disse aqui, o CDS, o PS e o PSD, bom, não sei se não quererá controlar, mas, à frente. -----

-----Outro assunto, queria só dizer aqui assim, muito rapidamente, dar um toque ao Senhor Vereador Pimentel, que de facto nos pôs aqui o assunto, de alguma responsabilidade, de alguma preocupação, mas normalmente quem faz a cama é que se deita nela. -----

-----Outro ponto que para mim não deixa de ser mais importante, não sei se repararam para o Senhor Deputado José Maria, que disse que houve uma eleição para uma Comissão de Pais, essa Comissão de Pais vai entrar no Conselho Geral, é só para informar esta Assembleia do seguinte: as pessoas que vão representar os Pais nesse Conselho Geral, 50% já estão lá há três, ou quatro anos e faltaram a 95% das reuniões, é para ver realmente o interesse que há. Já agora, eu posso saber de algumas situações, mas não estou diretamente metido lá, ou não faço parte diretamente dessa situação, mas quero-lhes dizer uma coisa, a propósito das escolas estamos entendidos, tanto dá mais comunicado, menos comunicado, os resultados estão à vista, estão aí, isto vê-se, quando não se vê ..., para dizer o seguinte, no contato que os Pais têm tido com o Professor José Maria devido à legalidade e à seriedade das pessoas e das coisas, as conversas e os documentos tem que ser tudo assinado, porque pelos vistos não se acredita na palavra, isto foi exigência dos Pais perante o Diretor do Agrupamento de Escolas, agora porque isso aconteceu, não sei. Como sabem os Pais no Agrupamento de Escolas são representados por Associações, os seus sócios legalmente têm que ser cooperantes, têm que pagar uma quota, em Mogadouro pelos vistos existem duas Associações de Pais, eu só conheço uma, da qual eu sou pagante e agora para informar que não é só de uma parte que não há interesse, só para informar, de facto houve duas listas e a lista perdedora metade dos sócios não foram votar”. --

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse: “as Autarquias Locais podem definir uma infinidade de propostas de benefícios para os seus Municípios, no Município de Mogadouro a coragem, a pouca ambição, ou a própria situação, nunca levou a Câmara a pensar como podia manter a sua população, atrair novos residentes, para estancar este fenómeno da desertificação, as medidas podem ter uma visão de captação de investimento privado com o objetivo da criação de emprego líquido, ou de criar mecanismos de no final de vida ativa as pessoas poderem regressar à sua terra, se não alteramos a nossa visão de gestão autárquica servindo-nos dos mecanismos que a Lei nos põe ao nosso dispor, se eles foram criados, foi porque foram pensados, principalmente com o propósito de combater a

desertificação. Quando o meu amigo Zé me diz que este orçamento tem benefícios para os Mogadourenses, vi com esperança que iam criar várias medidas de apoio, de atração ao investimento, de criação de..., amigo Zé, a esperança durou uma semana, até receber esta proposta de orçamento, mas na comunicação social aqui nesta Assembleia, estamos sempre bem, somos sempre os melhores, aqui não há problema, então expliquem-me como é que em dez anos perdemos mais de mil e quinhentas pessoas? As pessoas precisam de dinheiro para viver, se aqui não há onde é que ganhar, vão emigrar, ou migrar, mas todos nós dizemos que há obra, mas as pessoas comem, vestem-se, não comem paralelos, nem se vestem de terra, por isso é preciso definirmos políticas que atraíssem investimento, fixem população, criem riqueza, isto tudo terá um retorno, as receitas até da própria autarquia vão aumentar, diversos impostos, taxas e transferências do orçamento de estado, deixo aqui alguma sugestão: Redução do IML em menos 0.5 por sermos um território com elevada taxa de desertificação, está previsto no artigo 112 do código do IML; subsídio à natalidade; subsídio à criação de empresas e emprego; redução de taxas e licenças para construção de imóveis em diversas freguesias; apoio à agricultura biológica; criação de lojas sociais; criação de bolsas para os melhores alunos; criação de bolsas de emprego; apoio à habitação a jovens a um cêntimo o metro quadrado”.

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou da palavra e disse: “eu queria começar por dizer que estou muito satisfeita com o Senhor Deputado José Maria na qualidade de Diretor em assumir aqui realmente o Agrupamento TEIP, não tem que ter vergonha, o jornalinho da escola diz assim: o Agrupamento de Escolas de Mogadouro não é um Agrupamento TEIP, nem nunca será um Agrupamento TEIP, depois vem para o programa D3 e no ponto 3 diz: o programa D3 nada tem a ver com as escolas TEIP, tem tudo ..., estas afirmações são no mínimo manifestamente reveladoras do preconceito e do estigma por parte do seu autor, não se trabalha assim, pondero seriamente levá-las ao conhecimento da Senhora responsável Nacional pela implementação de tal programa, infelizmente designado TEIP, de facto isto depois de uma introdução onde veio dizer..., dar assim umas piadas, no jornal da escola põe estes pontos todos e diz: *a ... em si não existe, constrói-se em função dos valores*, frase muito bonita e verdadeira, mas o Senhor Deputado, como Diretor, não a construiu, não ouviu ninguém, ainda o projeto não estava aprovado, aliás já tinha sido devolvido para melhorias e já lhe estavam a pedir as assinaturas, não foi? Ou seja, a católica, entidade externa, levou logo ali à cabeça 4 ou 5 mil euros, tem que levar, tem que ter uma entidade externa, assim o Senhor Diretor, impôs ao Concelho o Agrupamento TEIP, que lhe foi imposto a si, pelo Governo, para assim minorar os custos do orçamento de Estado, esqueceu-se que a produtividade de uma empresa, seja ela qual for está diretamente

relacionada com o governo de gestão e com o envolvimento dos trabalhadores, como todo o universo da mesma empresa, e isto só se adquire com base numa relação de confiança; Senhor Diretor, as palavras não mudam a realidade, mas ajudam a pensar e a conversar, a tomar consciência, e a consciência, essa sim, pode mudar a realidade. -----

-----Para o Senhor Vereador Pimentel, não respondeu em nada, aquilo que disse, eu penso que vai haver eleições, há três hipóteses, ou se ganha, ou se perde, ou se empata, e penso que não deixarão o ónus da bela obra por decidir e por arranjar o que está mal, está uma vergonha”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “eu venho aqui em direito de resposta para em duas palavras dizer ao Deputado Altino Aleixo que de facto deve ter um trauma extraordinário na sua vida, porque em todas as eleições em que participou sempre perdeu, é esse o trauma. -----

-----Para a Deputada Antónia, de facto é outro trauma, não tem outra coisa em que falar, TEIP, TEIP, vamos TEIPAR o ano todo, e vou-lhe dizer uma coisa, para o ano vai ter uma turma de quarto ano, depois vamos ver os seus resultados”. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou da palavra e disse: “a respeito da turma de quarto ano, garanto-lhe que farei como faço sempre onde estou, da melhor maneira que posso, possivelmente está a desafiar-me aqui, porque sabe o reбуçado que me deu e há aqui pessoas que também sabem de alunos espetaculares que eu tenho, portanto escusava de ter trazido aqui esse assunto, porque realmente de facto foi eleita esta turma para mim, é o desafio, eu estou a tomá-lo a peito e estou a gostar do reбуçado, estou a fazer o melhor que posso, como faço em qualquer trabalho em que esteja”.

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “serei muito breve e peço desculpa à Deputada Antónia porque efetivamente me passou a questão da situação da escola, quero lembrar que a escola foi um investimento de dois milhões e meio de euros, que está a responder cabalmente para aquilo que foi concebida, que é para dar condições aos alunos que lá têm aulas e aos Senhores Professores, todavia, como todas as obras, há sempre pequenas coisas que vão aparecendo e principalmente uma construção naquele local, teve que ser..., digamos, as fundações, dado o lençol freático que ali passava, portanto em devido tempo foi feita uma comunicação à empresa alertando para todos os problemas que estão a surgir, desde fechar as fissuras, pintar os degraus das bancadas do campo de jogos, são pequenas coisas que não têm a relevância que a Deputada Antónia lhe atribui, embora seja urgente, algumas delas resolver, pinturas do pavimento exterior, humidade no teto do bloco, descolagem do aparelho de ventilação, descolagem do apainelado numa das salas de aula, falhas na relva, muito bem, só para lhe dizer que tenho aqui a resposta à solicitação dos serviços de fiscalização da obra da empresa que executou a obra, que é os Lúcios, que diz assim: *Bom dia, após verificação das anomalias, in lo*

quo, conforme email em histórico, no passado dia 8 de Dezembro, serve o presente para informar que vamos entrar em obra para resolução de todas as anomalias no início de Janeiro de 2013, portanto é esta a programação, foram estas as diligências e serão com certeza, todas elas resolvidas. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos passar ao segundo ponto. -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “não havendo intervenções vamos passar ao ponto 2.2. -----

-----2.2 *Análise e deliberação sobre “Proposta do Senhor Presidente para Redução da Taxa Variável de IRS de 5% para 2,5%”.* -----

-----Este ponto foi aprovado por maioria com zero (0) votos contra, uma (1) abstenção e cinquenta (50) votos a favor.-----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “declaração de voto: é só para dizer que não tenho nada contra a substância da proposta e que é uma razão meramente formal, depois de ouvir aqui os encómios do Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, quase me convenço que as virtudes são todas do Senhor Presidente, os outros Senhores Vereadores que também aprovaram a proposta não são nada disso, são o contrário, mas está bem”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “então vamos passar ao ponto 2.3 *Análise e deliberação sobre “Proposta do Senhor Presidente sobre as Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis respeitante ao Ano de 2012, a Liquidar em 2013”.* -----

----- O ponto foi aprovado por maioria com zero (0) votos contra, uma (1) abstenção e cinquenta (50) votos a favor.-----

-----Vamos passar ao ponto 2.4 *Análise e deliberação sobre “Análise e Discussão dos Documentos Previsionais para o Ano de 2013 – Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipal e Mapa de Pessoal”.* -----

-----Este ponto foi aprovado por maioria com zero (0) votos contra, dez (10) abstenções e quarenta e um (41) votos a favor. -----

-----A Mesa propõe um intervalo para almoçar e retomávamos os trabalhos às 14 horas e 30 minutos impreterivelmente. -----

II PARTE

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes cinquenta elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, José Maria Preto, Domingos Alfredo Fernandes Amaro, José Augusto Paiva Lima, Abel Maria Barranco, Aníbal José Moreno, Antero Augusto Neto Lopes, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Manuel Alfredo Preto, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, José Augusto Rodrigues Mendes, Américo Luis Amador, Alexandre Fernandes Teiga, Ilídio Simões Martins, António Manuel Ramos Pimenta de Castro, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilarça, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Augusto Manuel Vaz, Jaime dos Santos Gaspar, Luis Maria Mouro, Altino dos Anjos Aleixo, Ana Rita Marcos Carrasco, Bruno Alexandre Lagareiro Amador, Filipa Isabel Serafim Martins, Ester de Fátima Parra Martins, António Luis Bernardo Martins, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Ricardo Manuel Martins Cordeiro, José Carlos Ferreira Lopes, Luis António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, Martinho do Nascimento Major, José Joaquim Moura, Luis Pedro Martins Lopes, Francisco Narciso Esperança, Francisco Manuel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Alcino Augusto Machado em substituição de Carlos Manuel Lourenço Luis, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Afonso Henrique Gonçalves, Manuel Maria Sousa, Daniel Joaquim Paulo e Manuel dos Anjos Garcia.-----

-----Foi justificada a falta aos Deputadas Municipais, Maria Zita Rodrigues França Costa, Carlos Manuel Vinhais Conde, Alfredo Augusto Ferreira, Vítor Manuel Purrulo Madaleno, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso, Ilídio Miguel Martins Rito, Presidente da Junta de Freguesia de Bruçó. -----

-----Não apresentaram justificação os Deputados Municipais, António Joaquim Valença, Presidente da Junta de Freguesia de Castro Vicente e Belarmino Silvestre Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Urrós.-----

-----Vamos entrar no ponto **2.5 *Análise e deliberação sobre “Autorização Genérica para Dispensa de autorização Prévia da Assembleia Municipal no âmbito da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro – Proposta do Senhor Presidente da Câmara”***. -----

-----O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----Vamos passar ao ponto **2.6 *Análise e deliberação sobre “Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Mogadouro***

em Conformidade com o n.º1 do art.º 25 da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto operada nos termos do Decreto-lei n.º305/2009, de 23 de Outubro - Proposta do Senhor Presidente da Câmara”. -----

-----O ponto foi aprovado por maioria com zero (0) votos contra, seis (6) abstenções e quarenta e três (43) votos a favor. -----

-----Passamos ao ponto **2.7 *Análise e deliberação sobre “Criação das Unidades Orgânicas Flexíveis do Município de Mogadouro e Regulamento Orgânico do Município – Proposta do Senhor Presidente da Câmara”.***-----

-----Aprovado por maioria com zero (0) votos contra, seis (6) abstenções e quarenta e três (43) votos a favor. -----

-----Ponto **2.8 *Análise e deliberação sobre “Despesas de Representação – Pessoal Dirigente de Direção Intermédia. Informação da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira”.*** -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Ponto **2.9 *Análise e deliberação sobre “Retificação do Regulamento Municipal de Participação em Medicamentos. Informação do Setor de Educação, Ação Social, Desporto e Formação Profissional”.*** -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Vamos passar ao ponto**2.10 *Análise e deliberação sobre “Plano de Pormenor do Loteamento Industrial de Mogadouro – Resultado do Período Destinado à Discussão Pública. Informação da Unidade Orgânica de Ordenamento do Território e Urbanismo”.***-----

-----O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----Vamos passar ao ponto **2.11 *Outros Assuntos*** -----

-----Entretanto queria informar a Assembleia que de acordo com a nossa deliberação da reunião extraordinária, a UTRAT considerou a Pronúncia Conforme, é só para avisar que é de acordo com aquilo que nós deliberámos, esta informação teria que a dar, embora a remetesse aos Senhores Deputados. -----

-----Tive conhecimento desde que estou aqui, já depois de termos apresentado votos de pesar dos nossos entes queridos, surgiu-nos a notícia de que faleceu hoje um nosso Ex-presidente de Junta de Mogadouro, Senhor Amândio Sá, desculpem lá este interregno, também queríamos manifestar o nosso pesar e endereçá-lo à família, visto que foi autarca aqui e serviu os interesses de Mogadouro. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou da palavra e disse: “de facto podia ser discutido a passagem do ensino até ao 12ºano para os Municípios, não foi, é verdade, eu acho que esse assunto quando chegar merecerá, penso eu, uma Assembleia Municipal Extraordinária, ao contrário do que foi feito das outras vezes, porque a pior coisa é misturar a política educativa com a política politiqueria e estão a associar o ensino, estão a misturar demais as

coisas, até o facto de haver duas Associações de Pais, é com desencanto que manifesto que num universo de 800 Encarregados de Educação, haja duas Associações de Pais, quando deviam ser unidos, olhar para a cara e até dizer assim: não falo com ele, mas reconheço-lhe competência para olhar pelos interesses dos nossos meninos, era para isso que deviam olhar e não misturar politiquices, com o ensino, nem com a escola, foi o maior desencanto que aconteceu ao ensino, essas misturas. O saber escolar também é feito de sorrisos e abraços, de afetos, é preciso saber se a indisciplina sabe a fome, a frio, ou a violência doméstica, ou a estratégias inadequadas, a Professores mal colocados, porque o saber assenta em quatro pilares essenciais, é o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a viver com os outros e o aprender ..., principalmente agora que o Agrupamento vai aderir a esse programa é fundamental que todos sejam colaborantes, que as medidas não sejam ditadas do centro para a periferia, mas que democraticamente todos os agentes educativos sejam envolvidos, força e trabalhemos todos. -----

-----Senhor Deputado, dirijo-me aqui ao Senhor Diretor da Escola, quero dizer-lhe que eu sofri uma irreparável perda, da forma mais trágica, mas que fiquei com um grande legado, foi de justiça e de integridade; atreveu-se aqui numa Assembleia a dizer ao nosso Deputado Aníbal Moreno, demita-se, não sei se recorda, a propósito de uma filtragem, ou não filtragem, duns assuntos relevantes, ou não, para o Município, eu não me atrevo a tanto, porque tenho outra formação, mas, eu, refletindo, e não tendo conseguido melhor, já o tinha feito, na minha carreira já tive duas situações, uma por familiares, outra por mim, em que cheguei, ao pé do superior e disse: não estou a dar o melhor aos meus meninos (?), não tenho vergonha de o dizer, enquanto estiver, farei sempre da melhor forma, quando não puder fazer da melhor forma, eu sairei, uma coisa é certa, olharei sempre a não prejudicar as crianças; outra coisa, eu quero dizer, faltou-me à verdade quando me disse que o Agrupamento do Cerco não era TEIP, o Agrupamento do Cerco é TEIP, continuará TEIP e se os Agrupamentos TEIP acabarem, ele continuará TEIP, na realidade, porque a matéria-prima, como lhe dei o exemplo da barra de ferro, é TEIP”. -----

► **ESTER MARTINS** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente a minha intenção foi denunciar as ilegalidades cometidas por este Executivo, dizem respeito à minha irmã, mas fá-lo-ia de igual modo em defesa de qualquer outro cidadão com o qual se tivessem, cometido as mesmas ilegalidades, não foi minha intenção fazê-lo em interesse próprio, porque felizmente não tenho necessidade de mendigar, e se isso acontecesse nunca o faria a esta Câmara Municipal, mas falando de cumprir o Regimento, Senhor Presidente da Câmara devia começar por dar exemplo, temos aqui a ata nº19 da reunião de 9 de Outubro de 2012, referente à aprovação do protocolo das piscinas de Bemposta, no ponto 3 a ata diz assim: *para*

justificar a apresentação do pedido anteriormente rejeitado, foi presente ao Executivo um documento sem assinatura, dito pelos presentes proveniente do Presidente da Junta de Bemposta, em que afirma que a construção da piscina foi uma promessa eleitoral e que, com o acordo do Senhor Presidente Doutor António Machado, seria dado o seu nome à mesma. Foi o suficiente para a mudança de opinião. Ora o Senhor Presidente neste caso também não tem direito a pronunciar-se, porque é um afetado direto, tem que cumprir o regimento, agora já que fui julgada, então agora vou-lhes dar mais um motivo para ser condenada, tenho aqui algo para apresentar: Exmo. Senhor Inspetor Geral, Inspeção Geral da Administração local, Ester de Fátima Parra Martins, na qualidade de protetora de Isabel da Ressurreição Parra, parte interessada no âmbito de pedido formulado a 30 de Novembro de 2011 à Câmara Municipal de Mogadouro ao abrigo do Regulamento para atribuição de apoio a estratos sociais desfavorecidos do Município de Mogadouro, vem por este meio expor diversas ilegalidades com que se deparou, por parte da referida Câmara Municipal, no âmbito do respetivo procedimento administrativo.-

-----Dos Factos: -----

-----1º Foi requerido a 30 de Novembro de 2011, pela ora requerente, na qualidade de protetora de Isabel da Ressurreição Parra, ora interessada, apoio para rebocar as paredes da habitação da interessada, direito que lhe assiste nos termos do Regulamento para atribuição a estratos sociais desfavorecidos do Município de Mogadouro. -----

*-----2º O pedido foi indeferido por essa Câmara Municipal a 14/02/2012, tendo sido notificado a ora requerente por ofício datado de 17/02/2012 com a seguinte fundamentação: “**por não estar de acordo com o Regulamento para atribuição de apoio e estratos sociais desfavorecidos do Município de Mogadouro**”. -----*

-----3º A ora requerente solicitou nova apreciação do pedido a 17 de Abril de 2012, apresentando que o único motivo que aos seus olhos poderia incumprir o regulamento em causa seria o facto de a interessada não residir na sua habitação, tendo no mesmo ato justificado que se estavam a criar condições para que a mesma pudesse habitar.-----

*-----4º Por ofício de 07/05/2012 da Câmara Municipal de Mogadouro foi de novo notificada de indeferimento com a seguinte fundamentação: “**por unanimidade indeferir o pedido porquanto a proprietária, devido ao elevado grau de deficiência, não lhe ser possível residir na sua habitação, condição prevista no regulamento para atribuição de apoio social a estratos desfavorecidos do Município de Mogadouro**”. -----*

-----5º Perante este novo indeferimento e consultado o processo, a ora requerente deparando-se com diversas violações do Código de Procedimento Administrativo, doravante CPA, bem como do próprio Regulamento que legitima o pedido da ora interessada, apresentou

reclamação a dia 20 de Junho de 2012, à Câmara Municipal de Mogadouro, doc1. -----

-----Passo a ler: Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, Ester de Fátima Parra Martins, na qualidade de protutora de Isabel da Ressurreição Parra, notificada que foi da decisão de indeferimento sobre o pedido habitacional, através do Vosso Ofício Ref^m 240412-09.27/PS, de 07/05/2012, vem por este meio deduzir reclamação. --

-----Dos Factos: -----

-----1º Foi requerido a 30 de Novembro de 2011, pela ora reclamante, na qualidade de protutora de Isabel da Ressurreição Parra, ora interessada, apoio para rebocar as paredes da habitação da interessada, direito que lhe assiste nos termos do Regulamento para atribuição a estratos sociais desfavorecidos do Município de Mogadouro. -----

-----2º Pedido que foi indeferido por essa Câmara Municipal a 14/02/2012, tendo sido notificado a ora requerente por ofício datado de 17/02/2012 com a seguinte fundamentação: **“por não estar de acordo com o Regulamento para atribuição de apoio e estratos sociais desfavorecidos do Município de Mogadouro”**. -----

-----3º A ora requerente solicitou nova apreciação do pedido a 17 de Abril de 2012, apresentando que o único motivo que aos seus olhos poderia incumprir o regulamento em causa seria o facto de a interessada não residir na sua habitação, tendo no mesmo ato justificado que se estavam a criar condições para que a mesma pudesse habitar.-----

-----4º Pese embora a ora requerente neste segundo pedido requerido a essa Câmara Municipal, tenha feito referência ao facto de terem sido realizadas obras no interior da habitação para permitir as condições de habitabilidade exigidas, atenta a condição de saúde e consequentes limitações inerentes da interessada, parece que tal facto foi simplesmente ignorado por essa Câmara Municipal, apesar do disposto no artigo 87 do Código de Procedimento administrativo, doravante CPA. -----

-----5º De certo a habitação em causa fora arrendada, mantendo-se ainda o arrendamento de um quarto a um cidadão, para me permitir pagar as obras referidas no ponto anterior. -----

-----6º A ora requerente tem feito obras por fases consoante dispõe de dinheiro para as pagar, **tendo-se visto obrigada a pedir apoio no reboco das paredes exteriores, por se tratar de uma obra que não permite ser feita em fases, não se pode simplesmente rebocar uma parede e aguardar que tenha dinheiro par o resto** ... -----

-----7º A ora requerente teve despesas para que a ora interessada reunisse as condições para efetuar o pedido em causa, nomeadamente registar a habitação em nome da interessada. -----

-----8º Por ofício de 07/05/12 da Câmara Municipal de Mogadouro foi de novo notificada de indeferimento com a seguinte fundamentação: **“ por**

unanimidade indeferir o pedido porquanto a proprietária, devido ao elevado grau de deficiência, não lhe ser possível residir na sua habitação, condição prevista no regulamento para atribuição de apoios sociais desfavorecidos do Município de Mogadouro". -----

-----Se acharem que não devo continuar não contínuo, mas a não resposta dada à minha reclamação, justifica a minha intervenção na anterior Assembleia, e é isso que eu quero justificar. -----

-----**9º Em momento algum durante o procedimento, a ora interessada foi observada por um médico, que pudesse atestar e fundamentar os pressupostos que foram apresentados por essa Câmara Municipal no indeferimento referido no ponto anterior.** -----

-----**10º Nada nos autos atesta que a ora interessada seja incapaz de residir na sua própria habitação desde que tenha as condições necessárias para isso.** -----

-----**11º Que a ora interessada dependa da terceira pessoa, não significa que não possa habitar em casa própria desde que seja auxiliada por terceira pessoa naquilo que a mesma não é capaz.** -----

-----**Do Direito:** -----

-----**12º Nos termos do Art.º 8º do Regulamento para atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Mogadouro, a ora interessada reúne as condições da atribuição, pois reside na área do Município há mais de três anos e foi feita prova de carência económica.**-----

-----**13º A situação ora em análise deveria ter sido acompanhada pela Divisão de Ação Social, sendo que atenta a deficiência da ora interessada, seria de prever que o acompanhamento fosse feito por uma Assistente Social, algo que para a Câmara Municipal pareceu desnecessário pois enviou uma Técnica Administrativa, que nem sequer quis visitar a habitação em causa, "limitando-se a uma observação exterior".** -----

-----**14º Em momento algum apesar de dois indeferimentos a requerente foi notificada da realização de uma Audiência de Interessados, conforme disposto no Art.º 100º do CPA.** -----

-----**15º Ambos os pedidos foram indeferidos, sem preencher o nível de fundamentação exigido pelos artigos 107º e 124º, ambos do CPA.** -----

-----**16º Pese embora a ora interessada apresente deficiência, não lhe pode ser negado o direito à igualdade perante a Lei e à Habitação, nos termos dos artigos 13º, 65º e 71º, todos da Constituição da República Portuguesa.** -----

-----**17º O Regulamento que sustenta o pedido formulado pela ora requerente não prevê casos de deficiência, é verdade, contudo e mesmo sendo conferida margem de decisão à Câmara Municipal de Mogadouro quanto a omissões, tal além de ter de respeitar as regras de interpretação e lacunas previstas no Código Civil, não pode ir contras o sentido legal do próprio regulamento nem contra direitos legalmente estabelecidos.** -----

-----18º Assim, a Câmara Municipal de Mogadouro, não só desrespeitou procedimentos a que se encontrava legalmente obrigada, como também e não tendo a ora interessada sido observada por um médico e, devidamente acompanhada por Assistente social, sustentou a sua decisão de indeferimento num facto que não se encontra devidamente atestado nos autos.-----

-----19º **Do supra exposto, conclui-se que, a ora interessada reúne os pressupostos exigidos pelo Regulamento para Atribuição de Apoio a Estratos sociais Desfavorecidos do Município de Mogadouro e, que a decisão de que ora se reclama não se encontra devidamente fundamentada, nem sustentada legalmente.**-----

-----Nestes termos e nos mais de direito, requer-se à Câmara Municipal que o pedido de apoio de reboque das paredes exteriores da habitação da ora interessada seja deferido, permitindo assim que a mesma possa pelo menos habitar na sua própria habitação, pois já dispõe de bastantes limitações oriundas da sua incapacidade física e psíquica.-----

-----Este é o documento nº1, vou continuar a ler o documento para a Inspeção Geral da Administração Local:-----

-----6º Alertada que foi a referida Câmara Municipal para a violação de diversos dispositivos legais, nomeadamente os artigos 87º, 100º, 107º e 124º do CPA, pela reclamação atrás referida, simplesmente ignorou tal aviso limitando-se a indeferir a reclamação e manter a decisão anterior, “reiterando como tal as ilegalidades já cometidas”, **doc2.**-----

-----7º Face ao exposto e por considerar grave que a Câmara Municipal de Mogadouro vinculada que está ao princípio da legalidade “simplesmente desrespeite a lei e mantenha tal desrespeito de forma intencional”, a ora requerente expos esta situação na reunião da Assembleia Municipal de 24 de Setembro de 2012, entregando o discurso por escrito, **doc3.**-----

-----8º Mais expos ainda a requerente, no discurso referido no ponto anterior, que a mesma Câmara Municipal aprovara outras obras de construção de casas de banho em residências particulares ao abrigo do mesmo regulamento, sendo a mais “**gritante**” a construção de uma casa de banho a requerente já falecido apesar de ter sido indeferido tal pedido pelo Gabinete de Apoio Social com fundamento no falecimento do interessado.-----

-----O Presidente da Assembleia interrompeu e disse: “*queira terminar, caso contrário, retire-lhe a palavra, tenha paciência*”.-----

-----O Senhor Presidente da Junta de Bemposta interrompeu para fazer um ponto de ordem à Mesa e disse: “*Senhor Presidente, eu não sei se a Deputada Municipal acabou a intervenção dela, ou se lhe foi retirada a palavra. Da parte da bancada do PSD eu propunha que lhe fosse cedido tempo, se a Assembleia assim o entender, para que possa concluir a*-----

intervenção”. -----

-----O Senhor Presidente da assembleia disse: “*por mim não vejo inconveniente nenhum, se a Assembleia assim o desejar, sabe que é complicado para quem está a dirigir uma reunião permitir, porque depois os outros também têm direito*”.-----

-----9º Sendo que não existe à data qualquer pronúncia por parte da Assembleia Municipal, quanto a esta questão, entende a ora requerente, seguindo um princípio de boa-fé e colaboração com a Administração, apresentar cópia da presente exposição à Assembleia Municipal na reunião agendada para o dia 21 de Dezembro de 2012, acrescentado que na falta de resposta ou não reposição da legalidade, a mesma será enviada par o destinatário. -----

-----Do supra exposto, conclui-se que: -----

-----10º Atendendo a qua a Câmara Municipal de Mogadouro indeferiu a reclamação apresentada pela ora requerente, nos moldes que o fez, limitando-se a manter a decisão anterior e nada dizendo quanto às questões de facto e de direito objeto de reclamação aludida no ponto 5º, considera-se que todos os fundamentos de facto e de direito ora constantes da reclamação se continuam a verificar, agravados pela reiteração de algumas ilegalidades por parte da referida Câmara Municipal. -----

-----11ª Câmara Municipal de Mogadouro que aprovou a construção de uma casa de banho a um requerente após falecimento do mesmo, apesar de tal pedido ter sido previamente indeferido por parte do Gabinete de Apoio Social, por falecimento do interessado, indefere um pedido de ajuda alegando impossibilidade de residir na habitação por parte da interessada por ser deficiente???!?-----

-----Estranhamente ambos os pedidos são regulados pelo mesmo Regulamento!!!! -----

-----A requerente, Deputada Municipal, Ester de Fátima Parra Martins. ---

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “ora bem, Senhor Presidente da Assembleia, equitativamente falando, estarei aqui meia hora, não os pretendo aborrecer, de forma alguma, de qualquer das formas quero fazer esta última intervenção nesta Assembleia Municipal, em fins de 2012, nos seguintes termos, foi calorosa a intervenção de todos os que aqui estiveram, foi interessante e espero que profícua, toda a discussão havida à volta dos assuntos que aqui foram trazidos, da proficuidade tenho algumas dúvidas, porque muitas das coisas que aqui foram trazidas, é política, politqueira, vejo que nesta Assembleia há de facto uma enorme preocupação dos políticos em relação à escola, à educação e em meu entender é bom que assim seja, é bom que haja de facto esta preocupação à volta de um assunto muito importante, porque muitos terão filhos e gostarão de os ver bem-educados, bem acompanhados, com bons resultados

e é para isso que cá estamos, mas, e há sempre um mas, não é de bom-tom, acho eu em meu entender, que não se olhem a meios para atingir fins, é que parece que vale tudo, inclusive acusar o Diretor da escola de coisas que não fez, isso vale, foi trazido aqui, foi assumido, pois vão assumi-lo, têm dúvidas, não tenham dúvidas, vão ser obrigados a provar aquilo que o Diretor não fez.-----

-----Depois queria dizer-vos o seguinte: as minhas intervenções aqui, não tiveram, nem têm, nunca terão qualquer tom de intimidação, estamos aqui para discutir as políticas do concelho, para o concelho; todos estaremos preocupados com o bem das populações e das pessoas, jovens, idosos, todos eles, os que vivem em Mogadouro, portanto Deputada Antónia queria dizer-lhe o seguinte: e digo-lhe olhos nos olhos, quem faz da escola e da educação política, politiqueira é o PS e a Antónia, certo? Mais ninguém, não nos leva a lado nenhum, a sua conversa aqui, não nos leva a lado nenhum, entendido? Porque nunca nesta Assembleia se falou tanto em educação, de escolas, qual é a razão? Está incomodada? Ai não! Parece que sim! O PS, muito incomodado, não sei qual é o incómodo? Repito, não vale tudo para atingir os fins que entendem. -----

-----Ora bom, queria ainda dizer que não entendi muito bem porque é que o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Mogadouro, tem a ver com a escola do Cerco, se é TEIP, se não é TEIP, ouça lá, nós vamos TEIPAR, não tenho nada a ver com a escola do Cerco, o Diretor da Escola de Mogadouro, não tem nada a ver com isso, somos uma escola TEIP, assumido pelo Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Mogadouro, com um voto contra, há gente infeliz, mas pronto, continuará sempre infeliz, nada tenho a ver com a escola do Cerco, não sei onde é a escola do Cerco, não sei o que é que a Antónia tem a ver com a escola do Cerco. -----

-----No que diz respeito às Associações de Pais pergunto: o que é que o Diretor tem a ver com os interesses e a organização dos Pais? O Diretor do Agrupamento de Escolas tem alguma coisa a ver com isso? Eu sei que houve uma Assembleia eleitoral para a eleição dos corpos sociais da Associação de Pais, havia duas listas, uma delas perdeu e de imediato correu a constituir uma outra Associação, é isso que eu sei, nada mais, correu de imediato a organizar outra Associação de Pais, mas isso nada tem a ver com o Diretor da escola, e esta nova Associação de Pais nas últimas eleições para representantes dos Pais no Conselho Geral apresentou uma lista e perdeu, apesar de terem feito o comunicado que fizeram, nada mais, isto é política, politiqueira à volta da educação, e vêm-nos aqui acusar de políticas politiqueiras? Por amor de Deus, ora bem, que fique bem claro que eu enquanto Diretor não tenho nada a ver com isso, sei onde começam e onde acabam as minhas funções”. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou da palavra e disse: “Senhor Deputado eu não liguei o seu nome enquanto Diretor às Associações de Pais, eu penso

que fiz aqui um apelo muito sensato, que não era muito bom haver duas Associações de Pais num universo de 800 alunos, é desencantador, mas não liguei isso ao Senhor Deputado, nem ao Diretor da Escola, nem disse que tinha nada a ver com isso, o Senhor Deputado é que confunde as coisas e pega-lhe de forma... e depois levanta a voz, parece-lhe que quem fala mais alto é que tem razão, mas nem sempre acontece, portanto eu não estava a falar de política, politiqueria, esse comunicado que tanto o magoou, ou que tanto o feriu, que tanto lá no fundo lhe chegou, eu nem tive conhecimento dele, Senhor Deputado, (*ouviram-se vozes*) estava eu a dizer que esse comunicado que o meu partido enviou, eu não tive conhecimento dele, já andava a circular quase há oito dias quando eu tive conhecimento dele, digo, que a ser verdade é grave e mistura as coisas, a ser verdade, portanto se vai a apurá-lo...-----

-----Agora vou dirigir-me mesmo a si, o que não fiz quando foi das Associações de Pais, é que o Diretor de uma escola, não deve precisar muitas vezes de dizer: eu sou o Senhor Diretor, olhe Senhor Diretor eu venho de uma escola, a minha escola, em que a minha Diretora, para além de uma componente pedagógica e científica que tem, tem uma boa componente humana, e sabe o que fez quando andou a gerir os recursos humanos? Chegou à conclusão que tinha que atribuir dois horários zero a duas colegas, e numa reunião de pedagógico aparece-nos de lágrima no canto do olho e diz-nos assim: *tenho que atribuir dois horários zero e andei a rebuscar os vossos processos individuais, há aqui duas colegas que têm habilitações para dar aulas ao 2º ciclo, se elas se dispuserem, eu não serei obrigada a atribuir os dois horários zero*, eu disse-lhe, porque uma era eu, será menos um porque eu pedi as condições específicas e estou a contar que venham deferidas, ficou toda contente, e logo a seguir, outra colega, disponibilizou-se, mas o Senhor Deputado não teve qualquer problema em atribuir horários zero a pessoas que tinham tantos anos, ou mais de serviço, do que o Senhor Deputado, portanto não é uma alma grande num Agrupamento. (*ouviram-se vozes*) Agora queria dizer aqui que se eu falei no Cerco, foi por alguma coisa, foi porque foi o Senhor Deputado que me disse que a escola do Cerco já não era TEIP, eu fiquei assim, e na minha sinceridade acreditei, acreditei porque é da minha maneira de ser acreditar nas pessoas, porque eu também não minto, e eu disse: se saiu foi há pouco tempo, *pois há pouco tempo, então a Antónia ainda não sabia?* E eu fiquei-me calada na minha boa-fé, quando vim a saber que não, portanto o que me leva a crer que não posso mesmo acreditar em tudo o que ouço, porque de facto é mesmo, se eu trouxe aqui esse Agrupamento foi porque me foi dito pelo Senhor Deputado e não venha dizer que não é, porque é”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente muito obrigado pela sua bonomia, que tem revelado, pelo menos nesta segunda

parte dos trabalhos, estou a atribuir ao seu bom espirito folgazão, não a qualquer ingestão desmesurada que tivesse feito ao almoço, se o Senhor continuar por cá eu prometo vir para as cadeiras do fundo a ouvi-lo, é a minha promessa. -----

-----Gostei desta sessão recheada de intervenções por delegação, nunca tal tinha acontecido nesta casa, não contabilizei o tempo, nem o número de intervenções, mas acho que foram mais ou menos equitativas, o Senhor Presidente fez bem, geriu bem esta circunstância. -----

-----Congratulo-me com a inequívoca afirmação do Senhor Presidente da Assembleia quando a propósito de um ponto que estávamos aqui a votar, que disse, vamos votar mas não serve para nada, ainda bem que reconheceu, o Senhor Presidente da Câmara não é nada dessa opinião mas o Senhor reconheceu que não servia para nada, e não serve para nada, também não serve para muito estar-nos aqui a querer enganar a dizer que a Câmara faz um sacrifício financeiro imenso com redução da taxa de IMI quando se sabe que vai ganhar muito dinheiro, ou que vai receber muito dinheiro, porque a base da tributação aumentou, dada a avaliação que cresceu 4, 5, 10 no extremo mil vezes e casos de descida são raríssimos, portanto são cantigas de embalar que o Senhor Presidente e o Senhor Vice-presidente aqui nos deram para nos tentar sensibilizar para as bondades da Câmara, que neste caso, não são nenhuma, porque recorrem simplesmente da Lei, mas é evidente que o assunto teve que ser aqui tratado, na opinião do Senhor Presidente e do Senhor Vice-presidente, mas é evidente que na opinião do chefe parlamentar do PS e do Senhor Presidente da Assembleia foi perfeitamente inútil, se não estivesse votado, o resultado era exatamente o mesmo, lamento que nos tenha feito perder esse tempo e tenha incluído esse ponto na ordem de trabalhos, que não serviu para nada, lamento que o Senhor e os Senhores Presidentes dos Grupos Parlamentares, eu não deito as culpas todas para si, o Senhor tem algumas, mas é preciso reparti-las. ---

-----Também quero agradecer uma chamada de atenção que o Senhor teve para o meu comportamento incorreto, que reconheço, depois do ralhete do Senhor Presidente da Câmara, que aceitei, como é lógico, o Senhor Presidente da Câmara fez aqui um discurso empolgado, não empolgante, empolgado, porque era ele que estava empolgado, mais ninguém estava, mas enfim, e esqueceu-se de um pormenor, fez o discurso do poder, até berrou poder, de modo que se ouviu do outro lado da serra de Gajope, o Senhor deve saber que o poder que lhe advém dos votos, não lhe atribui razão, atribui legitimidade de poder, não lhe atribui razão em tudo o que diz, Faites attention Monsieur. -----

-----Ora então ficámos a saber que a próxima eleição autárquica é numa sexta-feira, dia 11 de Outubro, assim nos revelou o Senhor Presidente da Câmara que já deve ter dados adiantados, e ficámos a saber também qual o seu sentido de voto, eu o meu não posso revelá-lo a esta distância porque

não sei quem são os candidatos, ou melhor não sei quais são as listas candidatas, não posso avançar já o meu voto, o Senhor ainda bem, que é uma pessoa experimentada nestas questões, adianta já com nove meses de avanço, dá para parir um bom candidato, muito bem. -----

-----Contrariamente ao que muita gente aqui disse, acho muito importante o discurso do assunto das escolas, alguém disse e comentou que não era um assunto direto para esta Assembleia, eu acho que sim, é um assunto de interesse para o Município, e sendo um assunto de interesse para o Município deve ser aqui tratado, é evidente que alguns pormenores de terminologias e de relacionamentos hierárquicos e profissionais, escapam ao comum dos mortais que estamos aqui presentes, mas temos que desculpar essa parte mais pessoal e mais profissional, mas no sentido geral temos que tratar desses assuntos, quanto mais como aqui foi já dito e também já era do meu conhecimento, em futura Lei Autárquica haverá maiores responsabilidades das autarquias na contratação de Professores e noutras questões, mas quanto a essa auguro um futuro ainda pior porque dará origem a mais nepotismo, mais partidarismo, mais favorecimento, mais incompetência, mas isso é a minha opinião. -----

-----Quanto à depredação dos bens públicos, o que o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD aqui falou a propósito da escola, eu queria só lembrar-lhe, desculpe lá, ser um leigo a pôr-lhe esta questão, que tratando-se não de bens privados, mas de bens do domínio público autárquico qualquer cidadão e o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar porque é autarca, tem poderes para fazer uma denúncia, não precisa que a Câmara se queixe a ninguém, o Senhor próprio pode fazê-la. -----

-----Quanto ao Pelourinho foi o Senhor Presidente da Câmara que disse que não era um assunto prioritário, posso recordar-lhe paginas 565 da ata da reunião de Junho, e agora já é prioritário? Pelo menos foi o que li na imprensa. -----

-----Quanto ao Senhor Presidente ter aqui afirmado que não gastava dinheiro, não pagava à imprensa para aparecer o seu retrato e a sua voz na imprensa, eu também não o acusei de lapidar dinheiro público com essa promoção pessoal, o que lhe disse é que muitas vezes era mais pródigo a dar informações à imprensa do que aos Deputados Municipais que estão aqui, foi o que eu disse, mas se quer falar de gastos com a imprensa e com o papel, meta a mão na consciência e lembre-se da revista dos aviões e da revista municipal, do luxo e do desperdício de dinheiro que isso é, já que falou de imprensa, aqui a tem. -----

-----Estou a lembrar-me que na última sessão quando saí, foi aflorado aqui o assunto das tintas, o Senhor Presidente diz que está nas tintas, eu entendo que isto é uma questão de troca-tintas, mas o que é certo, é que as tintas estão a dar que falar e devem dar que falar, não pelo motivo que o Senhor Vereador Pimentel aqui evocou, isto é, pela boa qualidade das

tintas, tão boa, ou tão má, que até hoje ninguém se queixou, também ainda não passou nenhum inverno forte, foi há meia dúzia de meses, mas imaginemos, aceito de boa vontade que as tintas sejam as melhores do mundo, o que não aceito é que o Senhor desfoque o problema, porque ninguém falou na qualidade das tintas, falou-se sim na probidade, na isenção, na lisura do concurso, e na falta de informação que não foi dada a esta casa nenhuma informação sobre isso, há falta de informação quando alguém recorre de uma decisão municipal da atribuição de um concurso e não é dada aqui conta, alguém com conhecimentos me informou lá fora, já fora desta casa, desta Assembleia, que poderia dirigir-me ali àquele gabinete a pedir informações, mas eu pretendo que elas venham para aqui, para serem discutidas aqui, não a qualidade das tintas, mas a qualidade do processo que levou à adjudicação das tintas, e a qualidade do processo que levou a julgar a reclamação das tintas, porque tenho ideia, posso estar enganado e se o estiver desde já peço desculpa, que quem julgou do recurso foi quem julgou da ação, o que significa por as raposas a guardar o galinheiro, não me parece que isso seja correto. -----

-----Também gostava de saber qual a informação que há, porque vem nas atas do Executivo Municipal sobre custas pagas no tribunal da Relação de Mirandela, em que a Câmara é Ré, segundo consta na página 217 da ata da reunião de Julho de 2012. -----

-----Finalmente duas ou três sugestões, já não falo da toponímia, já não falo das correções, porque isso o Senhor Presidente entende que são ações que decorrerão depois de muita investigação e não sei quê, é preciso comissões de toponímia para corrigir umas letras no nome de uma rua, é preciso comissões não sei de quê para corrigir os erros ortográficos, históricos e sintáxicos que estão ali em baixo naquele ferro forjado, na eira do Município, não percebo porque é preciso tanta coisa para uma coisa que é, quanto ao Monóptero não se preocupem, já caiu a placa, não é preciso porem lá o “o”, são pequenas coisas que se podem resolver com um penada simples do Senhor Presidente, ou de algum dos Senhores Vereadores com competência delegada e que não resolvem com vontade de ninguém, não sei porquê, são pequeninas coisas. -----

-----Outra coisa que gostava de sugerir para que isso fosse estudado por alguém que tivesse competência, entendo que é um bocado perigoso a fluidez do trânsito na saída, a ver se eu sei explicar-me, naquelas bombas que são agora do Senhor Cunha, a gente à direita pode cortar para a estrada velha, para Zava e enfrente vai apanhar o l5, não é? Quem vem de Zava, como eu venho com frequência, para Mogadouro por essa estrada velha, tem que chegar ali e não sei se tem prioridade, se calhar não tenho, mas a visibilidade é curta, ali se calhar é que se precisaria de uma rotunda, obrigada pela informação Senhor Vereador, mas se a Câmara encaminhasse

isso seria bom, até podiam aproveitar um daqueles semáforos que estão por aí a mais e que não fazem nada e punham-no lá”. -----

► **FILIPA MARTINS** usou da palavra e disse: “aqui hoje falou-se muito de educação, parece que é o tema fulcral e de facto todos nós passamos pelas mãos de um educador e de hoje para amanhã os nossos descendentes serão eventualmente aqueles que estarão aqui a representar este órgão, a exercer as suas funções, e lá fora no mercado de trabalho, em qualquer outro serviço; parece-me que é importante que não nos foquemos só nas questões do Agrupamento, parece-me importante também, porque existe um protocolo que está assinado entre o Instituto Politécnico de Bragança e a Câmara Municipal de Mogadouro, relativamente ao funcionamento na Vila de Cursos [ET], os Cursos de Especialização Tecnológica; falou-se aqui da questão da Escola do Bairro de São Sebastião estar degradada, ter sido invadida, de haver a necessidade de colocar seguranças a fiscalizar o património da Autarquia, eu acho que era mais importante focarmos a nossa atenção, de facto, na utilidade que pode ser dada a esse património que se encontra voluto, talvez fosse interessante, não sei se isso estará em estudo, ou será um projeto que ficará para eventuais mandatos, independentemente de mais um, ou menos um, pensar na hipótese de negociar com o IPB, fazer em Mogadouro precisamente, é uma sugestão que eu deixo, onde está agora aquela escola devoluta, no Bairro São Sebastião, um Polo 3 do Instituto Politécnico e eventualmente desmobilizar alguns Cursos de Licenciatura, Pós Graduação e Mestrados para a Vila de Mogadouro, até porque, como o Senhor Presidente sabe, em termos de protocolos [ET], Mogadouro tem sido a Vila que mais alunos tem enviado para o Instituto Politécnico de Bragança, portanto a grande maioria dos alunos que ingressam no primeiro ano do ensino superior no IPB, frequentaram os cursos [ET], eu não diria 80% deles, mas perto dos 60% desses alunos, são alunos que se deslocaram de vários concelhos limítrofes, para frequentar Cursos [ET] aqui na nossa Vila e depois vão estudar para Bragança, acho que seria um bom investimento, não só em termos de reaproveitamento daquele equipamento, ou do espaço que ficar, se eventualmente decidirem demolir o edifício, dependendo do seu estado natural de conservação, já que não há dívida da autarquia, se calhar a construção ali de um edifício de raiz que tivesse esse destino, acho que favorecia, não só os nossos estudantes, que agora se encontram no 1º, 2º, 3º ciclo e secundário, daqui a alguns anos, como também seria um Polo captador de alguma rentabilidade económica aqui para a Vila, em todos os sentidos, era só isto que eu queria sugerir”. -----

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse: “o assunto que aqui me traz diz respeito à capela do Cardal do Douro, que foi alvo de referência na ata do Município 19/12 de 09/10/2012, na ata faz-se referência à igreja do Cardal do Douro, o Cardal do Douro tem igreja há mais de 60 anos,

enquanto foi propriedade e responsabilidade da HED e posteriormente da EDP, a mesma esteve sempre nas melhores condições de segurança, limpeza e asseio. Em 1992, a EDP, transfere para a Câmara Municipal de Mogadouro a sua propriedade, nos mandatos dos Presidentes Armando Salomé e Francisco Pires, foi-se conservando a mesma, com a atual Câmara a mesma tem entrado num estado de abandono, por parte da autarquia, vai valendo quem gosta do Cardal que vai pedinchando e vai conseguindo que de vez em quando os eletricitas, ou outros, vão dando um jeito, lembro que a EDP manda lá a Senhora da limpeza regularmente; a capela é propriedade do Município de Mogadouro e faz parte dos bens registados em inventário, com a perca da população no Cardal do Douro, um mal geral em todo o concelho, o envelhecimento da população, etc., e depois de diversos contatos com pessoas ligadas à EDP, elas viam com bons olhos a construção de um novo equipamento, no início do processo, das primeiras pessoas a ter conhecimento da intenção, foi o clero, que via com bons olhos, depois de conhecer factos ou razões, a população e o local de localização, se mostrou totalmente de acordo, apenas uma ressalva, não era possível contar com a Comissão Fabriqueira pois estava a realizar obras e precisava de dinheiro. Foram contactadas pessoas responsáveis pelos serviços da autarquia que me pediram um esboço do projeto para mostrarem, e posteriormente disseram ser uma boa solução, e a que existe precisava de obras de cerca de 20 mil euros, pelas suas contas; depois destes procedimentos, emails trocados e conversas com pessoas do poder desta autarquia, *está descansado que o assunto vai já à próxima reunião*, nunca imaginei o que a seguir aconteceu, o primeiro email enviado, dia 5/12/2011, o segundo entregue em 14/12/2011, não foi a agendamento, conforme prometido, no dia 3 de Janeiro de 2012, vim à reunião de Câmara, expus o assunto, que leva a referência nesta ata, mesmo assim não teve sucesso, apenas se pedia que autorizassem a construção em terreno público, propriedade do Município e que a mesma igreja voltava a ficar propriedade do Município, o custo para o Município era residual, a EDP dava o dinheiro para a sua construção, pediu-se orçamento da construção a um empreiteiro do concelho, fez-se tudo o que havia a fazer, faltou o pedido, o querer da Câmara, apesar de se ter criado uma esperança, quando no dia 4 de Janeiro de 2012, cerca das 11.00 da manhã, o Senhor Presidente e o Senhor Vereador Pimentel se deslocaram ao estaleiro da obra e falaram com o responsável do dono da obra, mas na altura queriam material da escombreira para o caminho de Tó-Vila de ala, fez perguntas o Senhor Presidente às quais o Senhor Engenheiro respondeu, cerca das 14.00 horas sou chamado ao gabinete do Senhor Engenheiro para me relatar o facto (a conversa da manhã), passados cerca de 3 meses, quando se foi embora, sentia-se triste de querer dar uma prenda ao Cardal e não a quererem; Sabem porquê? O Senhor Engenheiro também era barraigista, viveu por estes lugares quando era criança. O clero

esteve sempre a favor da construção, por isso assinou uma declaração que se anexou ao processo, o clero sempre disse missa no Cardal do Douro, às 10.00 horas, todos os domingos, com o falecimento do Cónego Trigo, essa regularidade perdeu-se, passando a uma missa mensal, por vezes, conforme a disponibilidade do Senhor Padre; Sabem o que é que aconteceu? A EDP acabou com a avença que tinha de cerca de 130 euros mensais ao clero, atualmente e depois da substituição do padre, está o clero a ver se consegue ser mais regular, na prática do ato religioso e nós cristãos, vamos interceder junto da EDP a ver se voltam a atribuir a avença. Permitam-me a citação desta afirmação: O senhor Presidente afirmou que a Câmara Municipal assume todos os deveres respeitando o princípio da igualdade de todos os Municípios. Qual igualdade? Ata 17/12, ponto 40, quantos cidadãos tem o Santo André? Quantos prédios urbanos têm a pagar IML? Quantas pessoas vão lá à missa? No dia 8 de Dezembro, deste ano, no Cardal, éramos 17 pessoas, ainda não tem sino para nos chamar. A diferença é que aqui pede a Comissão Fabriqueira e no Cardal tem que pedir a Câmara, e como não há ninguém na Câmara, a pedir (assinar) não se faz nada, outros tempos virão, e talvez a obra se faça, mas para que não restem dúvidas sobre o pedido, eu vou reencaminhar o email para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ele que o reencaminhe para todos os Deputados Municipais para vosso conhecimento”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “eu vou utilizar aqui o nome de um partido, mas podia utilizar o nome de todos os partidos legais em Portugal, é este, porque é este assim, então o texto diz para não ligarem e então a ética é só uma palavra, e o que falta muitas vezes é a ética, então diz assim: *José Luis Oliveira, antigo Vice-presidente da Câmara de Gondomar foi condenado em tribunal e expulso do PSD, agora foi readmitido no partido e ocupa um dos cargos de coordenação autárquica.* -----Segundo assunto que me traz aqui e isto é porque vale sempre a pena e eu li este texto, porque acho que vale sempre a pena, vale sempre a pena insistir, embora eu saiba que há muita gente, muitas cabeças..., agora aqui congratulo-me com o facto de nesta Assembleia no ponto 2.6 e 2.7, só 6 pessoas terem dúvida sobre o assunto, uma dessas pessoas, fui eu, e deixe que lhe diga que li duas vezes os documentos que me chegaram, e perante aqueles documentos disse assim: eu para ter uma consciência e uma votação consciente devia ter mais alguma coisa, eu até sabia onde os ir buscar, mas devido ao tempo e devido às circunstâncias, não fui e por isso absteve-me, por isso eu congratulo-me pelo facto dos Deputados desta Assembleia saberem realmente e estarem bem informados, que é assim que deve ser, e virem bem informados para as Assembleias”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “é só para fazer aqui umas ligeiras considerações, muito ligeiras, sobre a intervenção do Senhor Deputado Ilídio, julguei que falar alto fosse apanágio dos outros,

mas berraste aqui que não foi brincadeira; berraste com razão, ou sem razão? Ora bem, o facto de eu delegar funções, elas já estão delegadas previamente, não são delegadas aqui, esta Câmara tem delegações de competências, era o que fazia falta, eu fazer tudo, não, já me basta ir coordenando, o que às vezes não é nada agradável para o PS, a que tu não pertences, acredita que mais televisão, menos televisão, mais jornal, menos jornal, mais rádio, menos rádio, não me altera nada, não me eleva nada o ego, caso contrário já tinha ido mais duas ou três vezes ao programa da Fátima Campos Ferreira, porque tenho aqui os convites, como não ia lá fazer nada para Mogadouro, não valia a pena, por outro lado a informação quando se fala na rádio, ou se escreve nos jornais, ou os outros escrevem sobre nós, não é dirigida aqui, ou ali, é para o público, é para a Assembleia, é para toda a gente, é para quem nos ouve, para quem nos lê e para quem nos vê, por outro lado devo dizer-te que gosto de te ver com essa pujança, mas é preciso termos em consideração uma coisa muito importante, se estes onze anos em que eu tenho estado na Câmara de Mogadouro me fosse preocupar com tudo que é aqui discutido, com os problemas comezinhos que aqui são postos, nunca mais chegava a lado nenhum, é preciso ser reto, direito, é preciso avançar e com isto tudo, muitas vezes nestas horas todas não se avança nada”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** passou ao último ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----3. *Período de intervenção do público.* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, após verificar não haver público presente na sala, deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da Ata em minuta. -----

-----Finda a leitura da Ata o Presidente da Assembleia põe à votação a ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----Às dezasseis horas e quarenta minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria Isabel Sarmiento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio

(*Maria Isabel S. M. Preto*)

O Presidente da Assembleia Municipal

(*Ilídio Granjo Vaz*)

¹⁾ Esta ata é constituída por 11.492 palavras, distribuídas por 25 páginas e 1.079 linhas*